

O êxito de Marcílio

A viagem do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, a Washington, para participar da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird), tinha tudo para dar errado, pois ocorre no momento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) decide sobre o rito a ser seguido pela Câmara dos Deputados para autorizar ou não a instauração do processo de **impeachment** do presidente Fernando Collor. Mas, apesar de fazer parte de um governo em fase terminal, o ministro da Economia não enfrentou situações constrangedoras na capital dos EUA. Ao contrário, foi muito bem recebido.

“Nunca houve uma reunião com tanta dignidade, tão cordial e tão objetiva”, comentou o ministro, em tom de comemoração, seu encontro de uma hora com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus. Se havia alguma aparência de exagero nas palavras de Marcílio, Camdessus a desfez. Depois de comentar que a democracia brasileira enfrenta bem o teste da crise política, o diretor-gerente do FMI acrescentou que vê “com satisfação que o Brasil comprovou, em meio às dificuldades, que é capaz de manter a economia sob controle”. Por tudo isso, o Brasil continuará contando com o apoio total do FMI.

Há uma clara intenção da comunidade financeira internacional — bancos credores particulares, instituições multilaterais, como o FMI e o Bird, e governamentais, como o Eximbank japonês — de apoiar o Brasil, para que seja possível concluir o acordo de renegociação da dívida externa do País.

Um passo importante para isso foi a conclusão da redação do acordo com os credores particulares, cujos termos foram definidos há dois meses. Esse acordo, depois de traduzido para o português, será submetido ao Senado Federal, que deverá aprová-lo, como previu um representante da oposição, o senador José Fogaça (PMDB-RS), que integrou a comitiva do ministro da Economia. Depois, será apresentado a cada um

dos cerca de 600 credores, que escolherão, entre as sete alternativas oferecidas (inclusive a da redução do valor da dívida), aquelas que mais lhes convêm. Só então o acordo produzirá efeitos.

Outro fato importante foi a assinatura de dois contratos de financiamento, para projetos de controle da poluição e de modernização da indústria privada, no valor de US\$ 300 milhões, com forte participação do Eximbank japonês. Desde 1985 essa instituição não emprestava ao Brasil. “A retomada dos empréstimos representa a confiança do Japão no Brasil”, justificou o presidente do Eximbank, Mitsuhide Yamaguchi.

A comunidade financeira internacional aprendeu, finalmente, a distinguir o Brasil de seus governos. Havia até há pouco grandes esperanças de que, na Presidência da República, Fernando Collor lideraria o processo que faria o Brasil integrar-se mais rapidamente à economia mundial e modernizar-se. O presidente não correspondeu às expectativas. Mas Collor não é o Brasil, um país que, se enfrenta crises política e econômica agudas, continua a ser interessante para a economia mundial, por causa das alternativas de investimento que oferece e por causa das dimensões de seu mercado, que pode expandir-se muito e depressa.

A redação do acordo é um aval a um país sabidamente em dificuldades. É, para lembrar a imagem criada pelo jornalista Celso Ming no **Jornal da Tarde** de ontem, como um pai que dá ao filho que vai mal na escola uma bicicleta de presente, mas um presente que só poderá ser usado depois que o garoto passar de ano.

É este o recado que fica para Itamar Franco. Se assumir a Presidência da República, estará obrigado a prosseguir nas reformas já iniciadas, iniciar outras de que o País precisa, cumprir os compromissos internacionais. Se agir assim, mais do que aval, o Brasil poderá contar com investimentos internacionais de que tanto precisa para crescer.